

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL

ICA 30-4

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL MILITAR

2008

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



PESSOAL

ICA 30-4

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL MILITAR

2008



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PORTARIA COMGEP Nº 51/2EM, DE 30 DE MAIO DE 2008.

Aprova a Reedição da ICA 30-4 “Instrução sobre Movimentação de Pessoal Militar da Aeronáutica”.

O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VI, do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 216/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 30-4, “Movimentação de Pessoal Militar”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revogam-se as Portarias COMGEP nº 53/2EM, de 13 de junho de 2007, publicada no BCA nº 114 de 15 de junho de 2007 e 82/2EM, de 12 de setembro de 2007, publicada no BCA nº 181 de 20 de setembro de 2007.

Ten Brig Ar PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO
Comandante-Geral do Pessoal

(Publicada no BCA nº 102, de 3 de junho de 2008).

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>CONCEITUAÇÕES</u>	9
1.3	<u>ÂMBITO</u>	11
2	DISPOSIÇÕES GERAIS	12
2.1	<u>INTRODUÇÃO</u>	12
2.2	<u>INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PLAMOV DE OM, DE COMANDO OPERACIONAL E DE ODGSA</u>	12
2.3	<u>MOVIMENTAÇÕES ESPECIAIS</u>	16
3	CRITÉRIOS SELETIVOS	25
4	DISPOSIÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	29
	Anexo A - Tabela de Classificação de Localidades	30
	Anexo B - Formulário de cadastramento para inclusão voluntária em Proposta de OM	31
	Anexo C - Formulário de cadastramento para inclusão “ex-offício” em Proposta de OM	32
	Anexo D - Formulário de cadastramento para movimentação “ex-offício”, de acordo com o item 2.3.4 ou 2.3.6 da ICA 30-4	33
	Anexo E - Modelo de 1º Despacho de requerimento de movimentação por interesse particular	34
	Anexo F - Órgãos Centrais dos Sistemas em vigor no COMAER	35

PREFÁCIO

Longe vão os tempos em que a movimentação de pessoal militar na Aeronáutica era realizada, e até incentivada, pela Administração, como forma de levar, aos mais longínquos pontos do território nacional, a presença de oficiais e graduados das diversas especialidades, permitindo, desta forma, uma permuta constante de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Aquela política adotada tinha por finalidade interiorizar e trocar cultura e conhecimento, assim como proporcionar aos militares antigos e modernos uma oportunidade de ter contato mais profundo com o nosso País.

Nos dias atuais, quando a modernização dos sistemas e a tecnologia da informação se fazem presentes em todas as atividades, exigindo uma formação mais adequada e aperfeiçoamento mais especializado, a Política de Pessoal não pode se limitar àquele enfoque. As instituições, empresas e organizações necessitam sempre buscar a qualidade, a produtividade e o melhor custo/benefício. Neste sentido, as movimentações deverão ser efetuadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade: necessidade de progressão profissional do militar; saída de profissionais das localidades de classes “D”, “C” e “B”, constantes da Tabela de Classificação (Anexo A), e suas eventuais substituições, que poderão abranger militares pertencentes a localidade de qualquer classe; adequação do efetivo da OM à Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) e outros casos julgados como interesse da Administração.

As movimentações por problema de saúde, a bem da disciplina e por interesse particular serão apreciadas sempre que atenderem aos requisitos previstos na presente instrução e às demais publicações do Comando da Aeronáutica (COMAER) que, direta ou indiretamente, tratem do assunto.

Além das exigências tecnológicas, o objetivo maior da observação dos critérios apresentados nesta publicação é o de manter e, eventualmente, por movimentação, colocar cada militar da Aeronáutica no lugar certo, fruto de sua qualificação, tendo em vista que a maior fonte de riqueza de uma instituição é o seu capital humano.

Cada Comandante de OM é responsável pela justificativa da necessidade de cada solicitação de movimentação, bem como por um parecer favorável ou desfavorável, relacionado a cada condição específica listada no item 2.3, onde couber e, ainda, pelo fiel cumprimento dos critérios aqui listados, complementados pelos previstos no RCA 34-1, aprovado pela Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005, Regulamento dos Serviços da Aeronáutica (RISAER) e, eventualmente, em outra legislação pertinente.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Disciplinar critérios e padronizar procedimentos para a movimentação do pessoal militar da Aeronáutica a cargo da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) (inciso III do art. 178 do RISAER).

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 COMANDOS OPERACIONAIS

São as Organizações intermediárias entre as OM e os Órgãos de Direção Geral, Setorial ou de Assistência Direta e Imediata (ODGSA) ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER).

1.2.2 LOCALIDADE

É o local onde se situam um ou mais órgãos isolados (Destacamentos e similares) ou OM do COMAER, dentro da mesma sede.

1.2.2.1 Sede

É todo o território do município e dos municípios vizinhos, quando ligados por freqüentes meios de transporte, dentro do qual se localizam as instalações de uma Organização, militar ou não, onde são desempenhadas as atribuições, missões, tarefas ou atividades cometidas ao militar, podendo abranger um ou mais órgãos isolados (Destacamentos e similares), OM ou Guarnições.

1.2.3 MOVIMENTAÇÃO

É o termo genérico que abrange toda transferência, classificação, nomeação, designação ou qualquer outro ato que implique o afastamento do militar de uma OM com destino a outra (art. 176 do RISAER).

1.2.4 ORGANIZAÇÃO MILITAR (OM)

São as organizações da Aeronáutica que possuem denominação oficial, regulamento, quadro de organização e quadro de cargos privativos, próprios. Para efeito de lançamento no Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), as Unidades e os Destacamentos serão considerados como OM.

1.2.5 ÓRGÃO CENTRAL DE SISTEMA

É o órgão escolhido para gerenciar um sistema, cabendo-lhe a elaboração das Normas de Sistema necessárias à execução da atividade-meio, a supervisão técnica e a fiscalização específica do funcionamento do sistema, em conformidade com a ICA 700-1.

1.2.6 ÓRGÃOS DE DIREÇÃO-GERAL, DE DIREÇÃO SETORIAL E DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO CMTAER (ODGSA)

São órgãos componentes da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica, aqui denominados ODGSA.

1.2.7 PROGRESSÃO PROFISSIONAL

É a elevação de responsabilidade ou competência associada à aquisição de novos conhecimentos sistêmicos mais amplos, ou conhecimentos técnicos mais especializados, na atividade a ser exercida pelo militar.

1.2.8 PROPOSTA DE PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL MILITAR DAS OM

É o documento anualmente elaborado pelas OM e denominado como “Proposta de OM”. Apresenta a relação dos militares de seu efetivo e do efetivo dos órgãos de sua estrutura que operam isoladamente (Destacamentos e similares) enquadrados nos critérios estabelecidos nesta Instrução, que poderão ser incluídos nas Propostas dos Comandos Operacionais e dos ODGSA, quando julgado de interesse da Administração.

1.2.9 PROPOSTA DE PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL MILITAR DOS COMANDOS OPERACIONAIS

É o documento anualmente elaborado pelos Comandos Operacionais e denominado como “Proposta de Comando Operacional”. Compatibiliza as Propostas de OM subordinadas, incluindo os militares de seu próprio efetivo.

1.2.10 PROPOSTA DE PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL MILITAR DOS ODGSA

É o documento anualmente elaborado pelos ODGSA e denominado “Proposta de ODGSA”. Compatibiliza as Propostas de Comandos Operacionais de OM subordinadas, incluindo os militares de seu próprio efetivo.

1.2.11 PLANO DE MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL MILITAR (PLAMOV)

É o documento anualmente elaborado pela DIRAP, resultante da consolidação das Propostas de todos os ODGSA, que serve de base para as movimentações de militares do COMAER.

1.2.12 ORDEM DE MOVIMENTAÇÃO (ORMOV)

É o Ato Oficial de execução do PLAMOV, expedido pela DIRAP por meio de Portaria, e deverá ser publicado em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

1.2.13 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE PESSOAL (SIGPES)

É o sistema corporativo, fundamentado em um banco de dados centralizado e único de pessoal, que integra os sistemas de administração de pessoal, pagamento e gestão do fundo de saúde. O SIGPES visa propiciar agilidade na gestão de recursos humanos por meio da automação do fluxo de informações e de processos, dentre os quais aquele referente à inclusão e gerenciamento, em todos os níveis, das informações relativas às Propostas de OM, de Comando Operacional e de ODGSA.

1.2.14 TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL (TLP)

É o documento formal que define as necessidades de pessoal, quantitativa e qualitativamente, visando ao preenchimento de todos os cargos para o exercício das funções necessárias ao funcionamento eficaz das OM.

1.2.15 TLP 20XX (Anual)

É o documento que distribui anualmente o efetivo de Pessoal Militar existente no COMAER, buscando atender, gradativamente, ao previsto na TLP.

1.2.16 TEMPO DE LOCALIDADE

A utilização do termo nesta Instrução se refere ao tempo, sem interrupção de continuidade, compreendido entre a data de apresentação do militar em qualquer OM de uma mesma localidade e 31 de março do ano seguinte ao de sua inclusão na Proposta de OM ou a data de solicitação de Movimentação Especial prevista na letra “b” do item 2.1.3 desta Instrução.

1.3 ÂMBITO

Esta Instrução aplica-se a todas as OM do COMAER.

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 INTRODUÇÃO

2.1.1 Toda movimentação é realizada visando a atender ao interesse da Administração. As preferências pessoais, quando da eventual inclusão de militar em Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA são dados de assessoramento para a busca de uma possível harmonização entre as conveniências da Administração e as do militar. A inclusão do militar em uma das citadas Propostas não lhe assegura o direito de ser movimentado (art. 184 do RISAER).

2.1.2 No processo de movimentação e em sua execução, deverão ser considerados os aspectos dispostos no RISAER, notoriamente no que se refere ao seu Capítulo I, Título IV (Movimentações), do Art 176 ao 197.

2.1.3 As movimentações do pessoal militar da Aeronáutica ocorrem das seguintes formas:

- a) por meio de ORMOV nos meses de OUT/NOV/DEZ, em duas ou três etapas, a critério da DIRAP; e
- b) em qualquer época, sob condições inevitáveis denominadas Movimentações Especiais.

2.1.4 Todas as movimentações, exceto as previstas nos itens 2.3.3, 2.3.4 e 2.3.5.7, por motivo de saúde, de disciplina e por interesse particular para acompanhar cônjuge, respectivamente, dependem da existência de vaga na “TLP” da OM de destino.

2.1.5 Toda solicitação de anulação ou retificação de movimentação já publicada deverá conter o parecer do ODGSA ao qual pertence a OM de destino do militar movimentado, exceto para o previsto no item 2.3.5.8.

2.1.6 Em virtude de exigências das atribuições ou cargos que venham a ser exercidos e da capacitação atingida ao longo da carreira, alguns militares poderão ser movimentados sem a observância do previsto no item 3 – Critérios Seletivos, devendo os ODGSA envolvidos na movimentação justificar a necessidade específica para o ato administrativo.

2.1.7 Em toda Proposta de PLAMOV deverá constar se há ou não necessidade de complemento imediato de efetivo.

2.2 INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE OM, DE COMANDO OPERACIONAL E DE ODGSA

2.2.1 As Propostas de OM, de Comando Operacional e de ODGSA só deverão conter solicitações de inclusão no PLAMOV de movimentações por necessidade do serviço e observado o contido no prefácio desta Instrução.

2.2.2 Além da comprovada necessidade de progressão profissional, o militar só poderá ser incluído em Proposta de OM, de Comando Operacional e de ODGSA, para outra localidade, se completar, no mínimo, doze pontos apurados conforme o quadro constante do item 3 – Critérios Seletivos, até o dia 31 de março do ano seguinte ao da confecção das referidas Propostas.

2.2.2.1 Nos casos em que, no interesse da Administração e a critério dos ODGSA, o militar deva ser movimentado com menos de doze pontos, cumprindo os demais critérios contidos nesta Instrução, a justificativa para este fato deve ser lançada no campo “Justificativas” das respectivas Propostas, para que possa ser apreciado.

2.2.3 Os militares do QOCON, QCOA, QTA, QESA, QCB e QSD não serão incluídos em Proposta de OM, de Comando Operacional e de ODGSA, considerando que os processos de Recrutamento e Seleção destinam-se ao preenchimento de vagas abertas em localidades específicas.

2.2.3.1 Para os CB, TM, S1, T1, T2 e S2 deverá ser observado o estabelecido na letra “d” do inciso III e inciso IV do Artigo n.º 178 do RISAER.

2.2.4 A inclusão de militar em Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA, sempre no interesse da Administração e com o parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor, poderá ocorrer de duas formas:

- a) voluntariamente; ou
- b) “*Ex-officio*”.

2.2.4.1 Para inclusão voluntária em Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA o militar deverá preencher o FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO PARA INCLUSÃO VOLUNTÁRIA EM PROPOSTA DE OM (Anexo B), que deverá ser arquivado na OM.

2.2.4.2 Para inclusão “ex-officio” em Proposta de OM, o órgão responsável pela administração do pessoal militar da OM deverá preencher o FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO PARA INCLUSÃO “EX-OFFICIO” EM PROPOSTA DE OM (Anexo C). Esse formulário deverá ser assinado pelo militar ou por duas testemunhas, no caso de recusa, e deverá ser arquivado na OM.

2.2.4.2.1 Os ODGSA e Comandos Operacionais poderão incluir militar pertencente à sua Cadeia de Comando, devendo, para isso, determinar à OM subordinada que cumpra o previsto no item 2.2.4.2, e que informe o seu cumprimento. Após a confirmação, o nome do militar deverá ser incluído no “*status ex-officio*” do módulo PLAMOV do SIGPES.

2.2.5 O Comando Operacional ou o ODGSA poderá indicar militar incluído voluntariamente em proposta de plano para localidades diferentes daquelas por ele pleiteadas, podendo, também, indicar qualquer OM ou órgão isolado (Destacamentos e similares), desde que sejam cumpridos os procedimentos previstos nos itens 2.2.4.2 e 2.2.4.2.1.

2.2.5.1 O militar incluído em Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA poderá ser movimentado pela DIRAP, no interesse da Administração, para OM, órgãos isolados (Destacamentos e similares) ou localidades diferentes daquelas indicadas pelo militar, pelo Comando Operacional ou pelo ODGSA.

2.2.5.1.1 Na ocorrência do item anterior, havendo mudança de localidade, a OM do militar deverá ser informada pela DIRAP, a fim de que cumpra o previsto no item 2.2.4.2. Efetivado o procedimento, a DIRAP deverá ser cientificada, de imediato, via mensagem telegráfica.

2.2.6 Deverá ser prevista, na confecção da Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA, a situação do efetivo de oficiais nas OM em relação a TLP, considerada, inclusive, a perspectiva de promoções até o mês de abril do ano seguinte. Aqueles oficiais que ficarem incompatíveis com o posto deverão ser incluídos na proposta.

2.2.7 O militar excedente, em relação à TLP Anual de sua OM, deverá ser incluído, “ex-offício” ou voluntariamente, na Proposta de OM, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução.

2.2.7.1 A definição de quem será o militar excedente é da competência do Comandante, Chefe ou Diretor da OM, devendo a mesma recair sobre militar que se enquadre nos critérios estabelecidos nesta Instrução, ou que deles mais se aproxime.

2.2.7.2 A inclusão de militar nessa condição não implicará, necessariamente, na sua movimentação.

2.2.7.3 Caso a Administração tenha interesse na permanência do militar excedente na mesma localidade ou OM, a justificativa para esse fato deverá ser lançada no campo “Justificativas” das Propostas.

2.2.8 O militar com previsão de realização de curso ou estágio de duração superior a seis meses, a ser realizado dentro dos dois anos seguintes ao da confecção da Proposta da OM, não deverá ser incluído naquela Proposta para localidade diferente daquela de realização do curso ou estágio.

2.2.9 O militar que cumprir o tempo mínimo previsto de permanência em OM localizada na área de jurisdição do I COMAR ou do VII COMAR poderá ser incluído, voluntariamente, em Proposta de PLAMOV, com o objetivo de ser movimentado para outra localidade, independentemente do seu tempo de serviço.

2.2.10 A inclusão em proposta de PLAMOV de militar pertencente à OM localizada fora da área de jurisdição do I COMAR e do VII COMAR que já tenha completado 27 anos de serviço só poderá ocorrer em caso de extrema necessidade do serviço, plenamente justificada pelo ODGSA.

2.2.10.1 O cômputo do tempo citado nos itens 2.2.9 e 2.2.10 se refere a 31 de março do ano seguinte ao da confecção das Propostas.

2.2.11 O militar enquadrado nas situações listadas a seguir não deverá ser incluído em nenhuma proposta de PLAMOV.

2.2.11.1 Possuir restrições legais por estar envolvido com a justiça comum criminal ou militar, ou ainda, estiver respondendo a Inquérito Policial ou a Inquérito Policial Militar, salvo se julgado conveniente pela Administração, após autorização da Autoridade Judiciária competente.

2.2.11.2 Concluinte de curso ou estágio de formação militar que tenha sido promovido ou nomeado por decisão judicial não transitada em julgado.

2.2.12 Os níveis superiores da Cadeia de Comando poderão excluir das Propostas das OM subordinadas os militares cujas movimentações não sejam de interesse da Administração.

2.2.13 O militar inscrito em concurso, cuja realização ou conclusão do curso ou estágio implique a sua movimentação, não poderá ser incluído em qualquer Proposta de PLAMOV.

2.2.13.1 O Comandante que tomar conhecimento de inscrição de militar em concurso, citado no item anterior, após o envio da Proposta de PLAMOV, deverá informar o fato à Cadeia de Comando e à DIRAP.

2.2.14 O militar, ao se cadastrar voluntariamente, ou ao ser cadastrado “ex-offício” para inclusão na Proposta de OM, cujo outro membro da sociedade conjugal seja militar ou servidor público da Aeronáutica, deverá informar tal fato, obrigatoriamente, no Formulário de Cadastramento para Inclusão em Proposta de OM (Anexos B ou C).

2.2.14.1 Quando os dois membros da sociedade conjugal forem militares da Aeronáutica, ambos poderão se cadastrar para inclusão na Proposta de OM, Comando Operacional ou ODGSA, mesmo que residam em localidades diferentes.

2.2.15 Os Comandos Operacionais ou ODGSA, julgando que a movimentação de um militar necessita ser tratada com prioridade e considerando que o completamento da sua vaga seja essencial, deverão, obrigatoriamente, indicar outro militar que, voluntariamente ou não, o substituirá, devendo ser atendido ao previsto nos itens 2.2.4.1 ou 2.2.4.2, conforme o caso. A mesma obrigatoriedade prevalecerá quando os Comandos Operacionais ou ODGSA julgarem ser imperioso o preenchimento de vaga aberta em determinada OM subordinada.

2.2.15.1 A indicação de militares para inclusão “ex-offício” seguirá critérios próprios, definidos pelos ODGSA, atendendo ao estabelecido nesta Instrução.

2.2.15.2 Os militares incluídos de acordo com o item 2.2.15 e 2.2.15.1 não serão necessariamente movimentados, caso haja militares voluntários em Propostas de PLAMOV de outros ODGSA, de acordo com o interesse da Administração.

2.2.16 O oficial exercendo a função de instrutor de vôo da AFA, do 1º/5º GAv, do 2º/5º GAv e do 1º/11º GAv poderá ser incluído na Proposta de OM ou de ODGSA, a critério do DEPENDS ou do COMGAR, a partir de três anos naquelas OM. A justificativa para este fato deverá ser lançada no campo “Justificativas” da Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA, para que possa ser analisada.

2.2.17 O 1º Tenente, com até dois anos no posto, cogitado para desempenhar a função de instrutor de vôo na AFA, no 1º/5º GAv, no 2º/5º GAv e no 1º/11º GAv, poderá ser incluído na Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA, a partir de um ano na localidade. A justificativa para este fato deverá ser lançada no campo “Justificativas” da Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA para que possa ser analisada.

2.2.17.1 Para a efetivação da movimentação prevista no item anterior, deve existir parecer favorável daquelas OM, mediante coordenação entre o ODGSA ao qual pertence o militar e o DEPENDS, ou, quando pertinente, o COMGAR. Essa coordenação deverá constar do campo “Justificativas” das Propostas.

2.2.18 As Propostas de OM, de Comando Operacional e de ODGSA deverão ser apresentadas por meio do Módulo PLAMOV do SIGPES, especificando o motivo da inclusão do militar na proposta (progressão profissional, saída ou substituição nas localidades classes D, C e B ou adequação à TLP Anual).

2.2.19 Atribuições dos Órgãos envolvidos na elaboração e consolidação das propostas de PLAMOV:

- a) OM: elaborar sua Proposta, incluindo os militares de seu efetivo e dos órgãos isolados subordinados (Destacamentos e similares), por meio do módulo PLAMOV do SIGPES, encaminhando cópia impressa da mesma ao seu respectivo Comando Operacional ou ODGSA, dentro do prazo por ele estipulado;
- b) Comando Operacional: compatibilizar as Propostas de OM, juntamente com a inclusão de militares de seu próprio efetivo, por meio do módulo PLAMOV do SIGPES, encaminhando cópia impressa da Proposta de Comando Operacional ao seu respectivo ODGSA, dentro do prazo por ele estipulado;
- c) ODGSA: compatibilizar as Propostas de OM e de Comando Operacional juntamente com a inclusão de militares de seu próprio efetivo, por meio do módulo PLAMOV do SIGPES, encaminhando cópia impressa da Proposta de ODGSA à DIRAP até o dia 31 de agosto de cada ano; e
- d) DIRAP: consolidar as Propostas de todos os ODGSA, decidindo quanto à efetivação ou não das movimentações, visando ao interesse da Administração, em consonância com a TLP Anual das OM envolvidas e orientação do COMGEP (inciso III do art. 178 e art. 192 do RISAER), aprovando o PLAMOV e publicando a ORMOM, de acordo com o previsto em 1.2.11 e 1.2.12 desta instrução.

2.3 MOVIMENTAÇÕES ESPECIAIS

São aquelas que podem ser solicitadas, em qualquer época, fora do PLAMOV, sob as condições específicas listadas a seguir: e que devem atender, no que for pertinente, às instruções contidas nesta ICA:

- a) por matrícula, por conclusão ou por desligamento de curso ou estágio ou por término de missão no Brasil ou no exterior, realizada dentro ou fora do âmbito do COMAER;
- b) por incompatibilidade do posto com o cargo, devido à promoção;
- c) por motivo de saúde;
- d) por interesse da disciplina;
- e) por interesse particular;
- f) por solicitação de ODGSA; e
- g) movimentação por escolha de Oficiais Superiores (MPEOS).

2.3.1 MOVIMENTAÇÃO POR MATRÍCULA, POR CONCLUSÃO OU POR DESLIGAMENTO DE CURSO OU ESTÁGIO OU POR TÉRMINO DE MISSÃO NO BRASIL OU NO EXTERIOR, REALIZADA DENTRO OU FORA DO ÂMBITO DO COMAER.

2.3.1.1 Tais movimentações estão condicionadas ao início ou término do respectivo curso, estágio ou missão e serão efetivadas pela DIRAP, obedecendo aos procedimentos específicos para cada situação.

2.3.1.2 Por início de curso, estágio ou missão, estágio de adaptação, formação ou pós-formação, com duração superior a seis meses, dentro ou fora do âmbito do COMAER, o militar será movimentado conforme o previsto no ato de designação ou na respectiva ordem de matrícula. Ex: Cursos em Universidades Públicas, Curso de Educação Física do Exército, Cursos da ESG, Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), Curso de Formação de Sargentos (CFS), Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE) ou Estágios de Adaptação de Oficiais, dentre outros.

2.3.1.2.1 A movimentação de militar para curso a ser realizado em organização fora do âmbito do COMAER será efetivada por meio do próprio ato de designação, cabendo à DIRAP fazer a adição e a agregação ao respectivo quadro, quando for o caso.

2.3.1.3 Por término de curso, estágio ou missão no Brasil, dentro ou fora do âmbito do COMAER, o militar será classificado na OM estipulada na designação da missão do Plano de Missões de Ensino (PLAMENS) ou EXTRA PLAMENS, ou como indicar o órgão solicitante do curso ou estágio.

2.3.1.4 Por término de missão ou curso no exterior, a DIRAP deverá tomar providências para que o militar seja classificado na OM de destino indicada, com antecedência mínima de três meses em relação à data prevista para o término da missão ou curso.

2.3.1.4.1 A referida classificação (OM de destino) será informada pela DIRAP ao respectivo Adido e à Comissão Aeronáutica Brasileira (CAB) que apóia a missão no exterior.

2.3.1.4.2 Os militares oriundos de cursos ou missões no exterior serão classificados, conforme indicado a seguir, mediante informação do COMGEP à DIRAP:

CURSO OU MISSÃO NO EXTERIOR	OM INDICADAS
ADIDOS/ADJUNTOS DE ADIDOS	EMAER – COMGEP – COMGAR – COMGAP – CTA – DECEA – DEPENDS – CIAER
CID	ECEMAR
CAB	COMGAP – SEFA – DIRMAB – DIRENG – PAMA AF – PAMA LS – PAMA GL – PAMA RF – PAMA SP
ESTADO-MAIOR/SIMILARES	DEPENDS ou em seus Estabelecimentos de Ensino – EMAER
COMFIREM	OM diretamente ligada à tarefa realizada.
REMABI	CTA ou em OM diretamente ligada à tarefa realizada.
MTAB	EMAER, COMGAR, DEPENDS, DECEA ou OM subordinadas, dependendo da natureza da missão.
COMILAVI (BOLÍVIA) AGA (EQUADOR)	DEPENDS ou em seus Estabelecimentos de Ensino.
DEMAIS CURSOS E MISSÕES	De acordo com indicação prévia, quando definida no PLAMENS EXTERIOR ou no ato de designação, ou ainda, em coordenação com o ODGSA interessado.

2.3.1.4.3 O oficial incluído na faixa de cogitação para a realização do CPEA ou do CCCEM, realizados na ECCEMAR, ou seus correspondentes, realizados na ESG, ECCEME ou EGN, quando a previsão do tempo de permanência compreendido entre sua chegada, por término de missão no exterior, e o início do curso for inferior a dois anos, deverá ser classificado, preferencialmente, em OM localizada na cidade do Rio de Janeiro, sede dos referidos estabelecimentos de ensino.

2.3.1.4.4 O militar que não concluir o curso no qual tenha sido matriculado, por um dos motivos descritos a seguir, cuja realização tenha implicado a sua transferência, será classificado pela DIRAP na localidade onde se situa a OM responsável pelo curso:

- a) solicitação de desligamento por motivo particular; ou
- b) modificação ou anulação de decisão judicial que tenha determinado a matrícula.

2.3.1.4.5 O militar que não concluir o curso no qual tenha sido matriculado e que tenha implicado a sua transferência, por qualquer motivo diferente dos listados em 2.3.1.4.4, será classificado pela DIRAP, de acordo com a necessidade do serviço, observada a disponibilidade de vagas nas TLP das diversas OM.

2.3.1.5 A classificação de Terceiros Sargentos por conclusão de cursos na EEAR obedecerá aos seguintes procedimentos:

- a) a EEAR informará à DIRAP, no prazo de até quinze dias úteis antes da formatura, o quantitativo de militares a se formar, por especialidade, no CFS e no EAGS;
- b) a DIRAP estabelecerá as vagas, por OM, para a classificação dos formandos, informando à EEAR, no prazo de até dez dias úteis antes da formatura;
- c) a EEAR, após nominar as vagas, encaminhará relação à DIRAP, contendo os nomes, os números de ordem e as médias finais dos formandos, com aproximação de três casas decimais, no prazo de até três dias úteis antes da formatura; e
- d) a DIRAP publicará o ato de promoção dos formandos, em BCA, estabelecendo suas antiguidades, bem como as respectivas OM de classificação.

2.3.1.6 Os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) que concluírem com aproveitamento o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR) e forem selecionados para a matrícula na Academia da Força Aérea (AFA) serão movimentados para aquela Academia, pela DIRAP, mediante relação nominal fornecida pela EPCAR.

2.3.1.7 A classificação de Aspirante-a-Oficial por conclusão de cursos na AFA obedecerá a procedimentos específicos, conforme o curso realizado.

2.3.1.7.1 Classificação de Aspirante-a-Oficial Aviador - A AFA, em coordenação com o COMGAR, definirá as OM onde os Aspirantes realizarão o Curso de Especialização Operacional (CEO) e encaminhará à DIRAP, no prazo de até cinco dias úteis antes da formatura, relação nominal, contendo o número de ordem e as OM onde os Aspirantes deverão ser classificados, para publicação em BCA.

2.3.1.7.2 Classificação de Aspirante-a-Oficial Intendente:

- a) a AFA informará ao COMGEP o quantitativo de formandos, no prazo de até vinte dias úteis antes da formatura;
- b) o COMGEP, com a assessoria da DIRINT/DIRAP, definirá as OM alocadas para a classificação e a realização do Estágio Prático para Aspirante-a-Oficial Intendente (EPAINT) e informará à AFA, no prazo de até dez dias úteis antes da formatura; e

- c) a AFA, após nominar as vagas, encaminhará relação à DIRAP, contendo os nomes, os números de ordem e as respectivas OM, no prazo de até cinco dias úteis antes da formatura, para publicação em BCA.

2.3.1.7.3 Classificação de Aspirante-a-Oficial de Infantaria

- a) A AFA informará ao COTAR (COMGAR) o quantitativo de formandos, no prazo de até vinte dias úteis antes da formatura;
- b) o COMGEP, em coordenação com o COMGAR (COTAR), definirá as OM alocadas para a classificação e a realização do Estágio Prático para Aspirante-a-Oficial de Infantaria (EPAINF) e informará à AFA, no prazo de até dez dias úteis antes da formatura; e
- c) a AFA, após nominar as vagas, encaminhará relação à DIRAP, contendo os nomes, os números de ordem e as respectivas OM, no prazo de até cinco dias úteis antes da formatura, para publicação em BCA.

2.3.1.8 Movimentação de Oficial por término de curso e estágios para Aspirantes:

- a) CEO - Será classificado pela DIRAP, mediante indicação do COMGAR, observando a existência de vagas nas TLP das OM selecionadas;
- b) EPAINT - Será classificado pela DIRAP, mediante indicação do COMGEP, em coordenação com a DIRINT, observando a existência de vagas nas TLP das OM selecionadas; e
- c) EPAINF - Será classificado pela DIRAP, mediante indicação do COMGEP, em coordenação com o COMGAR (COTAR), observando a existência de vagas nas TLP das OM selecionadas.

2.3.1.9 A Classificação de Oficial por término de cursos ou estágios realizados no CIAAR obedecerá aos seguintes procedimentos:

- a) o concluinte do CAMAR, CADAR e CAFAR, ao ser nomeado 1º Ten em seu Quadro, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP (DIRSA), em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP;
- b) o concluinte do Estágio de Instrução e Adaptação de Capelães (EIAC), ao ser nomeado 2º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP (SARA), em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP;
- c) o concluinte do Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE), ao ser nomeado 2º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP;
- d) o concluinte do Estágio de Adaptação ao Oficialato (EAOF), ao ser nomeado 2º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP;
- e) o concluinte do Estágio de Adaptação de Oficiais Temporários (EAOT), ao ser nomeado 2º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP; e

- f) o concluinte do Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica (EAOEAR), ao ser nomeado 1º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, em consonância com o edital do concurso e mediante relação nominal fornecida pelo CIAAR ao COMGEP e à DIRAP.

2.3.1.10 O concluinte de curso de graduação realizado no ITA, ao ser nomeado 1º Ten, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, mediante relação nominal fornecida pelo ITA, no prazo de até quinze dias úteis antes da formatura.

2.3.1.10.1 O concluinte de cursos de pós-graduação, extensão, doutorado e mestrado, realizados no ITA, será classificado pela DIRAP, em OM selecionada pelo COMGEP, em coordenação com o EMAER, mediante relação nominal fornecida pelo ITA, no prazo de até quinze dias úteis antes do término do curso.

2.3.1.11 O Aspirante-a-Oficial do Quadro de Oficiais da Reserva Não-Remunerada Convocados (QOCON), após a conclusão da primeira fase do EAS (Estágio de Adaptação e Serviço), será classificado pela DIRAP, em coordenação com a DIRSA e o COMAR responsável pela realização do estágio, de acordo com o previsto na ICA 33-1, e ainda, observando a existência de vagas nas TLP das OM selecionadas.

2.3.2 MOVIMENTAÇÃO POR INCOMPATIBILIDADE DO POSTO COM O CARGO, DEVIDO À PROMOÇÃO

O Oficial promovido ao posto para o qual não haja função ou cargo compatível na OM poderá ser movimentado, independentemente de época ou tempo de OM, mediante informação do fato à DIRAP pela OM do militar, via Cadeia de Comando.

2.3.3 MOVIMENTAÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE

2.3.3.1 A movimentação por motivo de saúde visa atender às necessidades de tratamento de saúde do próprio militar ou de seus dependentes e deverá ser requerida pelo militar ao Diretor da DIRAP.

2.3.3.2 O requerimento, juntamente com o parecer da Junta Regular de Saúde, deverá ser encaminhado pela OM do militar à Diretoria de Saúde (DIRSA), para julgamento pela Junta Superior de Saúde (JSS).

2.3.3.3 A DIRSA encaminhará o processo à DIRAP, anexando cópia da ata da JSS, recomendando ou não a movimentação do militar, indicando as localidades que melhor atendam às necessidades de tratamento.

2.3.3.4 Esta movimentação poderá ser efetivada independentemente de vaga na OM de destino ou de tempo de localidade do militar na OM de origem e a qualquer época do ano.

2.3.3.5 A OM deverá informar aos órgãos superiores de sua cadeia de comando, por meio de mensagem telegráfica, quando um militar de seu efetivo iniciar um processo de movimentação por motivo de saúde.

2.3.4 MOVIMENTAÇÃO POR INTERESSE DA DISCIPLINA

2.3.4.1 A movimentação por interesse da disciplina deverá ser solicitada por meio de ofício do Comandante, Chefe ou Diretor, via Cadeia de Comando, diretamente ao Diretor de Administração do Pessoal.

2.3.4.1.1 A OM do militar indicado para essa movimentação deverá providenciar o preenchimento do formulário previsto no anexo D, o qual deverá acompanhar o processo até o final.

2.3.4.2 O ofício deverá explicitar o motivo, bem como as providências adotadas para sanar os problemas disciplinares, considerando que a movimentação por interesse da disciplina não se constitui em punição, mas sim em ato administrativo para preservar a disciplina na OM.

2.3.4.3 Esta movimentação poderá ser efetivada independentemente de vaga na OM de destino ou de tempo de localidade do militar na OM de origem e a qualquer época do ano.

2.3.5 MOVIMENTAÇÃO POR INTERESSE PARTICULAR

2.3.5.1 A Movimentação por Interesse Particular visa atender a interesse próprio de ordem particular do militar e deverá ser requerida, em qualquer época do ano, ao Diretor de Administração do Pessoal, seguindo a Cadeia de Comando, por meio de um 1º despacho da OM (Anexo E), que emitirá o seu parecer, de acordo com as prioridades da Administração.

2.3.5.2 O requerimento será analisado e a movimentação poderá ser efetivada, em qualquer época do ano, de acordo com o interesse da Administração. No caso de não ser possível atender a uma solicitação de completamento imediato, a movimentação poderá ocorrer nos meses de junho ou julho, e ainda, nos meses de outubro, novembro ou dezembro.

2.3.5.3 O requerimento deverá conter o registro de que não haverá ônus para a União, as razões que justifiquem a pretensão e a indicação da localidade para a qual deseja ser movimentado, cabendo à Administração acolher ou não a solicitação.

2.3.5.3.1 O militar requerente poderá complementar seu requerimento, indicando as OM de sua preferência, e ainda, o registro de sua aceitação por qualquer outra OM na localidade, se assim desejar.

2.3.5.3.2 O militar requerente, cujo outro membro da sociedade conjugal seja militar ou servidor público civil da Aeronáutica, deverá fazer constar, obrigatoriamente, tal informação no requerimento.

2.3.5.4 O trâmite do requerimento não deverá ser interrompido, devendo dar entrada na DIRAP, mesmo que o parecer de qualquer elo da Cadeia de Comando seja desfavorável.

2.3.5.4.1 O requerimento deverá seguir até o respectivo ODGSA e, após, para a DIRAP.

2.3.5.4.2 Os requerimentos dos oficiais do QOMED, QODENT ou QOFARM e das especialidades ENF, NUT, END, FON, TOC, FIS, do QFO ou QCOA ou, ainda, MED, DENT ou FARM do QOCON, após seguirem até o respectivo ODGSA, deverão ser encaminhados à DIRSA e, após, para a DIRAP.

2.3.5.4.3 Os requerimentos de sargentos pertencentes ao QESA e ao QTA deverão tramitar da OM do militar ao respectivo COMAR, a fim de que seja emitido parecer sobre o completamento, o qual ocorrerá oportunamente com CB ou T1, respectivamente, após o planejamento e a realização de concursos de admissão ao CFC ou CFT, e desse COMAR ao ODGSA do militar.

2.3.5.5 A solicitação de movimentação por interesse particular não será analisada enquanto o requerimento original não der entrada na DIRAP.

2.3.5.6 A movimentação por interesse particular que implique mudança de localidade será efetivada quando o militar contar com pelo menos dois anos de efetivo serviço, sem interrupção, na mesma localidade, ou antes disso, se julgado pertinente pela Administração.

2.3.5.6.1 Para os militares pertencentes ao QOCON, QCOA, QTA, QESA, QCB e aos demais quadros, cujo ingresso tenha sido direcionado para localidades específicas, o tempo mínimo na localidade para ser movimentado por interesse particular, para outra localidade, será de quatro anos de efetivo serviço, ou antes disso, se julgado pertinente pela Administração.

2.3.5.7 O militar que tiver interesse em acompanhar seu cônjuge, militar das Forças Armadas, movimentado por necessidade do serviço, ou servidor público federal, removido no interesse da Administração ou que tenha entrado em exercício de cargo público federal, poderá requerer sua transferência, por interesse particular, mencionando e anexando ao requerimento o tipo e a cópia do documento que publicou ou cogitou a movimentação, remoção ou assunção do cargo público do cônjuge. Nesse caso, não serão considerados como fatores restritivos os tempos mínimos de permanência na localidade e as necessidades de completamento da vaga. Os pareceres desfavoráveis serão apreciados com base no interesse da Administração.

2.3.5.7.1 Quando os dois membros da sociedade conjugal forem militares da Aeronáutica, o requerimento de movimentação por interesse particular poderá ser encaminhado por ocasião da inclusão de um deles em Proposta de OM, Comando Operacional ou ODGSA, devendo atender ao especificado no item 2.3.5.7.

2.3.5.7.2 No requerimento, o interessado deverá solicitar movimentação para a localidade onde se encontra o cônjuge ou para onde há previsão de destino do mesmo, cabendo à Administração definir a OM para a qual poderá ser movimentado.

2.3.5.7.3 Deverá ser anexada ao processo cópia autenticada do documento comprobatório da união do casal e, ainda, constar nas informações sobre o requerente o registro de tal ato.

2.3.5.7.4 Caso ocorra a união conjugal entre militares do COMAER de localidades distintas, ambos poderão solicitar movimentação por interesse particular, cabendo à DIRAP efetuar a movimentação, considerando a conveniência da Administração.

2.3.5.7.5 Não haverá a movimentação prevista no item 2.3.5.7 quando não houver OM do COMAER na localidade pretendida.

2.3.5.7.6 Não se aplica o previsto no item 2.3.5.7 quando se tratar de designação do cônjuge para o exercício de função ou execução de missão no exterior. Em tal situação, o cônjuge acompanhante poderá solicitar Licença para Tratar de Interesse Particular (LTIP) ou Licença para Acompanhar Cônjuge ou Companheiro(a), sem remuneração, se já possuir dez anos de efetivo serviço, conforme previsto nos Art. 69 e 69-A da Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

2.3.5.7.7 O completamento da vaga do(a) militar interessado(a) na movimentação para acompanhar cônjuge não deverá ser considerado fator impeditivo, entretanto, deverão ser envidados esforços por todos os elos da cadeia de comando a fim de preencher, oportunamente, a vaga na TLP.

2.3.5.8 A solicitação de movimentação por interesse particular, já efetivada ou não, poderá, a critério da Administração, ser cancelada, desde que o militar interessado não tenha sido desligado da OM de origem e faça novo requerimento ao Diretor de Administração do Pessoal, via cadeia de comando e, nesse caso, a OM deverá informar à DIRAP que o militar solicitou cancelamento de seu primeiro requerimento.

2.3.5.9 Caso haja interesse da Administração em modificar o seu parecer no processo de transferência por interesse particular, cuja solução não tenha sido publicada, o ODGSA deverá informar tal mudança à DIRAP.

2.3.6 MOVIMENTAÇÃO POR SOLICITAÇÃO DE ODGSA

2.3.6.1 Esta movimentação tem o objetivo de atender às situações excepcionais, surgidas ao longo do ano, que necessitem de uma movimentação imediata, somente por interesse da Administração, de acordo com as instruções a seguir:

- a) deverá ser solicitada ao ODGSA, por meio de ofício, via cadeia de comando, pelo Comandante, Chefe ou Diretor da OM interessada na movimentação do militar;
- b) a OM do militar indicado para essa movimentação deverá providenciar o preenchimento do formulário previsto no anexo D, o qual deverá acompanhar o processo até o final;
- c) no caso de solicitação de movimentação entre OM de ODGSA diferentes, deverá ser consultado o parecer do outro ODGSA envolvido; e
- d) ODGSA interessado (exclusivamente Chefe, Comandante, Secretário ou Diretor) deverá encaminhar o processo ao Comando-Geral do Pessoal, contendo a anuência do ODGSA envolvido e a justificativa da necessidade. Após análise e verificação da viabilidade, o COMGEP determinará à DIRAP que proceda à movimentação.

2.3.6.2 Esta movimentação será efetuada sem direito a completamento. A vaga deixada pelo militar poderá ser preenchida, por ocasião do PLAMOV, ou de acordo com a disponibilidade de recursos humanos no COMAER.

2.3.6.3 A solicitação de movimentação de militar envolvido em curso ou estágio de duração superior a seis meses, a ser realizado dentro dos dois anos seguintes, deverá ser evitada, quando se tratar de mudança de localidade. Não haverá restrição no caso de a movimentação ser para a mesma localidade de realização do curso ou estágio.

2.3.7 MOVIMENTAÇÃO POR ESCOLHA DE OFICIAIS SUPERIORES (MPEOS)

É o processo de classificação de Oficiais Superiores dispensados de Comando, Direção e Chefia, término de cursos da ECEMAR e correlatos em outras Forças e por término de missões ou cursos no exterior, com previsão de conclusão até 30 de abril do ano seguinte, devendo obedecer ao seguinte cronograma:

- a) 4 de maio de cada ano,
 - os militares envolvidos nesses processos e/ou as OM por eles responsáveis deverão dar início ao preenchimento do módulo MPEOS, nessa data já disponível no SIGPES;
- b) 30 de maio de cada ano,
 - prazo final para que a ECEMAR insira os dados sobre os formandos no MPEOS;
 - prazo final para que o EMAER e a DIRAP insiram os dados sobre os seus adidos envolvidos no processo MPEOS; e
 - prazo final para que os ODGSA insiram no módulo MPEOS os dados sobre os Oficiais dispensados de Comando, Direção ou Chefia, de cargos de Prefeito de Aeronáutica, de GSB e substitutos eventuais de Diretores de Parques de Material e de Comandantes de CINDACTA;
- c) 6 de junho de cada ano,
 - o COMGEP informará aos ODGSA a senha necessária para a abertura da página do MPEOS, a fim de que façam suas escolhas de Oficiais, por prioridade;
- d) 30 de julho de cada ano,
 - prazo final para os ODGSA preencherem suas propostas;
- e) 30 de setembro de cada ano,
 - data da realização da reunião para consolidação do processo do MPEOS; e
- f) 30 de outubro de cada ano,
 - data de remessa pelo COMGEP à DIRAP do resultado final do processo MPEOS.

2.3.7.1 A data de realização da reunião para consolidação do processo do MPEOS poderá sofrer modificação, em função do processo de seleção de oficiais para missões no exterior, assim como a indicação para Comando, Chefia e Direção.

3 CRITÉRIOS SELETIVOS

3.1 Com a finalidade de padronizar a confecção das Propostas de OM, de Comando Operacional e de ODGSA e de orientar a DIRAP quanto à execução das movimentações, foram estabelecidos critérios seletivos que destacam o militar que eventualmente possa ser movimentado com prioridade sobre outro militar, desde que não contrarie o interesse da Administração.

3.2 A contagem de pontos, limitada a 12, é estabelecida conforme o quadro abaixo, multiplicando-se o fator da localidade pelo tempo de localidade, em anos:

LOCALIDADE		TEMPO DE LOCALIDADE, EM ANOS			
CLASSE	FATOR	2	3	4	5
A	2, 4	////////	////////	////////	12
B	3	////////	////////	12	
C	4	////////	12		
D	6	12			
		NÚMERO DE PONTOS			

3.2.1 A distribuição das localidades por classes está estabelecida no Anexo A desta Instrução.

3.2.2 O tempo de localidade, especificado no quadro constante do item 3.2, se refere ao tempo mínimo necessário para inclusão de militar em Proposta de OM, de Comando Operacional ou de ODGSA.

3.3 Na elaboração do PLAMOV deverão ser consideradas as seguintes prioridades:

- a) necessidade de progressão profissional do militar;
- b) saída de militares das localidades de classes “D”, “C”, e “B”, constantes da Tabela de Classificação (Anexo A), e suas eventuais substituições, que poderão abranger militares pertencentes a localidade de qualquer classe;
- c) adequação do efetivo da OM à TLP Anual; e
- d) outros casos julgados como interesse da Administração.

3.3.1 Nas saídas e nas substituições de militares lotados nas localidades de classes “D”, “C”, e “B”, constantes da tabela de classificação de localidades (Anexo A), a prioridade para a movimentação será baseada na classe da localidade, sendo dada maior prioridade ao militar que estiver servindo na localidade de maior fator.

3.4 Quando os militares servirem em localidade de mesma classe, o critério a ser observado será o tempo de permanência, sendo dada prioridade ao militar que tiver mais tempo de localidade.

3.5 Para qualquer outra situação de empate, será dada prioridade na movimentação ao militar de maior antigüidade.

3.6 O militar aeronavegante que estiver cumprindo Programa de Instrução/Elevação Operacional deverá permanecer na mesma localidade até a conclusão do referido Programa, a critério do COMGAR.

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As movimentações de militares para os órgãos listados a seguir obedecem às normas estabelecidas pelo GABAER, e devem atender, no que couber, aos critérios estabelecidos nesta Instrução:

- a) Ministério da Defesa (MD);
- b) Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER);
- c) Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);
- d) Grupo de Transporte Especial (GTE);
- e) Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA);
- f) Consultoria Jurídica – Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER);
- g) Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica (SECPROM);
- h) Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER),
 - Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (ASPAER);
 - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR); e
 - Assessoria Militar da Vice-Presidência da República (AMVPR).

4.1.1 As movimentações de militares para os órgãos previstos no item 4.1, quando forem de competência da DIRAP, só serão efetivadas após coordenação entre o ODGSA do militar envolvido e o GABAER. Esta coordenação deverá constar no campo “Justificativas” da Proposta de ODGSA ou na solicitação da movimentação especial prevista na letra “b” do item 2.1.3.

4.2 A movimentação de militares para os estabelecimentos de ensino da Aeronáutica poderá ser analisada pela DIRAP, após coordenação do DEPENS com os ODGSA envolvidos, a fim de que sejam atendidos os requisitos previstos para o desempenho da função de instrutor. Esta coordenação deverá constar no campo “Justificativas” da Proposta de ODGSA ou na solicitação da movimentação especial prevista na letra “b” do item 2.1.3.

4.2.1 No caso específico da AFA, na movimentação de oficial aviador, deverá ser observado, no que for pertinente, ainda, o previsto nas instruções sobre a progressão operacional do QOAv.

4.3 Os suboficiais e sargentos da especialidade de eletrônica (BET) e elétrica (SEL), com previsão de movimentação para os DTCEA de: Cruzeiro do Sul, Guajará-Mirim, São Félix do Araguaia, São Gabriel da Cachoeira, Sinop, Tabatinga, Tefé, Vilhena, Conceição do Araguaia, Imperatriz, Macapá, Rio Branco, Santarém, Belém, Boa Vista, Porto Velho ou São Luís, serão movimentados, inicialmente, para o CINDACTA IV, onde permanecerão pelo período de dois anos, visando à participação nos cursos de elevação de nível, especialização e de operação assistida, quando, então, serão movimentados para aqueles DTCEA, onde permanecerão, no mínimo, o tempo previsto no quadro de contagem de pontos constante no item 3.2, associado ao Anexo A.

4.3.1 Os militares citados no item 4.3 que já possuam o preparo técnico-profissional necessário ao desempenho de suas funções nos DTCEA envolvidos poderão ser movimentados diretamente para aquelas localidades, mediante coordenação entre o DECEA e a DIRAP, obedecidos os demais critérios previstos nesta ICA.

4.4 Os militares do efetivo dos DTCEA de Fernando de Noronha, de Guajará-Mirim, de Tabatinga, de São Gabriel da Cachoeira, de Tefé e de Corumbá permanecerão por um período de dois anos naquelas localidades, devendo ser incluídos em Proposta de PLAMOV, ou ser movimentados de acordo com o item 2.3.6 desta ICA.

4.5 A coordenação entre a necessidade de movimentação de um militar e o seu respectivo complemento por militar de outro ODGSA, visando atender a um perfil técnico-profissional ou operacional, deve ser feita entre os ODGSA envolvidos, a fim de que as Propostas desses órgãos sejam encaminhadas à DIRAP com as considerações que justifiquem a referida movimentação, obedecidos, também, os demais critérios previstos nesta ICA.

4.6 A DIRAP, por determinação do COMGEP, poderá, em qualquer época, solicitar às OM, com militares excedentes em relação à TLP, que indiquem nomes para movimentação, a fim de atender à necessidade do serviço.

4.7 Os ODGSA poderão estabelecer outros critérios seletivos, de acordo com as suas necessidades administrativas, técnicas e operacionais, sem, entretanto, contrariar as instruções contidas nesta ICA.

4.8 Os ODGSA deverão revisar suas instruções específicas sobre os assuntos tratados nesta Instrução, a fim de adequá-las aos novos critérios estabelecidos de movimentação do pessoal militar da Aeronáutica, de acordo com orientação do Excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica.

4.9 Os ODGSA deverão coordenar com Órgãos Centrais dos Sistemas (Anexo F) a consolidação das Propostas de OM ou de Comando Operacional, em data tal que permita cumprir o prazo previsto na letra “c” do item 2.2.19.

4.9.1 A consolidação efetuada de acordo com o item anterior ou a realizada de acordo com as letras “b” e “c” do item 2.2.19 não obriga a sua efetivação pela DIRAP.

4.10 Outras atribuições dos órgãos do COMAER, com a finalidade de permitir o início do trabalho de consolidação do PLAMOV, em 31 de agosto de cada ano, conforme previsto na letra “d” do item 2.2.19 desta instrução:

- a) o COMGEP deverá encaminhar à DIRAP as atualizações das TLP das OM do COMAER, para inserção no SIGPES;
- b) os ODGSA, até 31 de agosto de cada ano, deverão encaminhar à DIRAP (via COMGEP),
 - os nomes dos Oficiais indicados para assumir, no ano seguinte, os cargos de: Comandante de GSB, de Prefeito de Aeronáutica não nomeado por portaria do CMTAER e substitutos eventuais de Diretores de Parques de Material e de Comandantes de CINDACTA;
- c) o DEPENDS, até 31 de agosto de cada ano, deverá encaminhar à DIRAP,
 - nomes dos oficiais indicados para cursos da ECEMAR e correlatos para o próximo ano;
 - previsão de nomes de militares indicados para os cursos anteriormente citados, para os próximos dois anos; e
 - nomes dos oficiais indicados para cursos no exterior no próximo ano;

- d) a SECPROM, até 31 de agosto de cada ano, deverá encaminhar à DIRAP,
 - previsão de promoção de oficiais para o próximo ano; e
 - previsão de promoção de oficiais para os próximos dois anos;
- e) o CTA, até 31 de agosto de cada ano, deverá encaminhar à DIRAP,
 - relação dos Oficiais cogitados para cursos no ITA (graduação, pós-graduação, extensão, mestrado e doutorado) no próximo ano.

4.11 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral do Pessoal, que, com base na excepcionalidade envolvida, deliberará quanto à solução que melhor atenda aos interesses da Administração.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 236, 11 dez. 1980. Seção 1, p. 24777.

_____. Comando da Aeronáutica. DIRAP. Portaria nº 4.846/DIR, de 5 de outubro de 2007. Aprova a Padronização de Processos Administrativos (ICA 35-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 194, 9 out. 2007, p. 6322.

_____. Comando da Aeronáutica. GABAER. Portaria nº 1.270/GC3, de 3 de novembro de 2005. Aprova o Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, n. 209, 8 nov. 2005.

_____. Ministério da Aeronáutica. GABAER. Aviso nº 1/GC1/16, de 22 de setembro de 1999. Inscrição de militares da Aeronáutica em concursos públicos ou provas de habilitação e dá outras providências. **Boletim Externo Ostensivo EMAER**, Brasília, DF, n. 20, 1 out. 1999, p. 93.

Anexo A - Tabela de Classificação de Localidades

As localidades onde estão sediadas as OM ou os órgãos que operam isoladamente (Destacamentos e similares) da Aeronáutica são distribuídas em classes, de acordo com as facilidades de apoio ao homem nelas existentes, conforme abaixo:

CLASSE “D”	Alcântara, Altamira, Boa Vista, Cachimbo, Corumbá, Cruzeiro do Sul, Eirunepê, Fernando de Noronha, Guajará-Mirim, Iauaretê, Itaituba, Jacareacanga, Ji-Paraná, Manicoré, Porto Esperidião, São Félix do Araguaia, São Félix do Xingu, São Gabriel da Cachoeira, Sinop, Tabatinga, Tarauacá, Tefé, Tiriós, Urubici, Vilhena e Oiapoque.
CLASSE “C”	Alta Floresta, Aragarças, Barra do Garças, Bom Jesus da Lapa, Canguçu, Caravelas, Carolina, Chapada dos Guimarães, Conceição do Araguaia, Correntes, Imperatriz, Macapá, Marabá, Mossoró, Palmas, Petrolina, Ponta Porã, Porto Nacional, Rio Branco, Santarém, Santiago e Urubupungá.
CLASSE “B”	Belém, Caetés, Catanduvás, Cuiabá, Foz de Iguaçu, Ilhéus, Jaraguari, Juazeiro do Norte, Manaus, Montes Claros, Porto Seguro, Porto Velho, Santa Cruz do Sul, Santa Tereza, São Luís, Teresina, Três Marias e Uruguaiana.
CLASSE “A”	Todas as demais.

Anexo B - Formulário de cadastramento para inclusão voluntária em Proposta de OM(Órgão / OM)
(Órgão de Pessoal Militar)**FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO PARA INCLUSÃO VOLUNTÁRIA EM PROPOSTA DE OM*****DADOS DO MILITAR**

Número de Ordem: _____

Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____

Nome: _____

Unidade/OM onde serve: _____ Tempo averbado: _____

Estado Civil: ☐ SOLTEIRO ☐ CASADO ☐ UNIÃO ESTÁVEL ☐ DIVORCIADO ☐ VIÚVO***DADOS DO CÔNJUGE**Cônjuge/Companheiro militar da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ NãoCônjuge/Companheiro servidor público da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ Não

Nome do cônjuge: _____

Se militar, Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____ Data de Praça: ____/____/____.

DECLARAÇÃO DO MILITAR

Como voluntário à inclusão de meu nome, em Proposta de OM, declaro estar ciente de que o **Plano de Movimentação** visa atender prioritariamente ao interesse da Administração e de que tomei conhecimento da ICA 30-4 - Movimentação de Pessoal Militar, antes do preenchimento e assinatura deste formulário de cadastramento. Declaro, ainda, que não estou respondendo a Inquérito Policial, a Inquérito Policial Militar, não estou denunciado em Processo Crime e não estou inscrito em concurso, conforme previsto no item 2.2.13.

Dados complementares: (justificativas, OM indicadas pelo militar, outras informações)

Localidades indicadas pelo Militar:

1ª Opção: _____ 2ª Opção: _____ 3ª Opção: _____

Local	Data: / /	Assinatura do Militar:
--------------	---------------------	-------------------------------

DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELO CHEFE DO ÓRGÃO DE PESSOAL MILITAR

Motivo da inclusão:

Progressão profissional () Saída ou substituição nas localidades classes D, C e B () Adequação à TLP Anual ()

Com completamento imediato: SIM () NÃO ()

Excedente em relação à TLP: SIM () NÃO ()

Datas de apresentação: 1-Na Unidade/OM: ____/____/____ 2-Na Localidade: ____/____/____

APROVO DO COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR: SIM () NÃO ()**DATA:** _____ **POSTO/NOME/ASSINATURA:** _____**NOTA:** Este formulário deverá ser arquivado no órgão de pessoal militar da OM do militar.

Anexo C - Formulário de cadastramento para inclusão "ex-officio" em Proposta de OM

(Órgão / OM)

(Órgão de Pessoal Militar)

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO PARA INCLUSÃO "EX-OFFICIO" EM PROPOSTA DE OM***DADOS DO MILITAR**

Número de Ordem: _____ Unidade/OM onde serve: _____ Tempo averbado: _____

Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____

Nome: _____

Documento da Inclusão Compulsória: _____

(Informar o tipo e n.º do documento do Comando Operacional ou ODGSA que determinou a inclusão "ex-officio" ou, então, informar que foi incluído "ex-officio" pelo Comandante da OM).Estado Civil: ☐ SOLTEIRO ☐ CASADO ☐ UNIÃO ESTÁVEL ☐ DIVORCIADO ☐ VIÚVO

Datas de apresentação: 1-Na Unidade/OM: ____/____/____ 2 – Na Localidade: ____/____/____

***DADOS DO CÔNJUGE / COMPANHEIRO**Cônjuge/Companheiro militar da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ NãoCônjuge/Companheiro servidor público da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ Não

Nome do cônjuge: _____

Se militar, Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____ Data de Praça: ____/____/____.

Unidades/OM / Órgãos isolados indicados pelo Comandante da OM, do Comando Operacional ou do ODGSA do militar:

1ª : _____ 2ª : _____ 3ª : _____

Local _____ Data ____/____/____

Posto, nome e assinatura do Comandante da OM

DECLARAÇÃO DO MILITAR

Em ____/____/____ tomei ciência de minha **inclusão "ex-officio" em Proposta de Plano de Movimentação**. Declaro, ainda, que não estou respondendo a Inquérito Policial, a Inquérito Policial Militar, não estou denunciado em Processo Crime e não estou inscrito em concurso, conforme previsto no item 2.2.13.

Assinatura do militar: _____

ou _____

Testemunha 1 – Posto/Grad, Nome e Assinatura

Testemunha 2 – Posto/Grad, Nome e Assinatura

COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR:**DATA: POSTO/NOME/ASSINATURA:****NOTAS:** 1 O preenchimento deste formulário não implica, necessariamente, a efetivação da movimentação (itens 2.1.1 e 2.2.7 da ICA 30-4).

2. Este formulário deverá ser preenchido pelo órgão de pessoal militar da OM do militar (itens 2.2.4.2 da ICA 30-4).

3. Este formulário deverá ser arquivado no órgão de pessoal militar da OM do militar.

4. Caso o militar não deseje assiná-lo, duas testemunhas devem fazê-lo, assegurando que o militar foi cientificado da sua inclusão "ex-officio" (item 2.2.4.2 da ICA 30-4).

Anexo D - Formulário de cadastramento para movimentação “ex-officio”, de acordo com o item 2.3.4 () ou 2.3.6() da ICA 30-4

(Órgão / OM)

(Órgão de Pessoal Militar)

FORMULÁRIO DE CADASTRAMENTO PARA MOVIMENTAÇÃO***DADOS DO MILITAR**

Número de Ordem: _____ Unidade/OM onde serve: _____ Tempo averbado: _____

Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____

Nome: _____

Documento da Inclusão Compulsória: _____

(Informar o tipo e n.º do documento do Comando Operacional ou ODGSA que determinou a movimentação “ex-officio” ou, então, informar que foi solicitada sua movimentação “ex-officio” pelo Comandante da OM).

Estado Civil: ☐ SOLTEIRO ☐ CASADO ☐ UNIÃO ESTÁVEL ☐ DIVORCIADO ☐ VIÚVO

Datas de apresentação: 1-Na Unidade/OM: ____/____/____ 2 – Na Localidade: ____/____/____

***DADOS DO CÔNJUGE / COMPANHEIRO**Cônjuge/Companheiro militar da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ NãoCônjuge/Companheiro servidor público da Aeronáutica? ☐ Sim OM: _____ ☐ Não

Nome do cônjuge: _____

Se militar, Posto/Graduação: _____ Quadro/Esp./Subesp.: _____ Data de Praça: ____/____/____.

Unidades/OM / Órgãos isolados indicados pelo Comandante da OM, do Comando Operacional ou do ODGSA do militar:

1ª : _____ 2ª : _____ 3ª : _____

Local _____ Data ____/____/____

Posto, nome e assinatura do Comandante da OM

DECLARAÇÃO DO MILITAR

Em ____/____/____ tomei ciência de minha **indicação “ex-officio” para Movimentação**.
Declaro, ainda, que não estou respondendo a Inquérito Policial, a Inquérito Policial Militar, não estou denunciado em Processo Crime e não estou inscrito em concurso, conforme previsto no item 2.2.13.

Assinatura do militar: _____

ou _____

Testemunha 1 – Posto/Grad, Nome e Assinatura

Testemunha 2 – Posto/Grad, Nome e Assinatura

COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR:**DATA:****POSTO/NOME/ASSINATURA:****NOTAS:** 1. Este formulário deverá ser preenchido pelo órgão de pessoal militar da OM do militar (itens.2.3.4.1.1 ou. 2.3.6.1 da ICA 30-4).

2. Este formulário deverá acompanhar o Processo até a DIRAP, onde será arquivado.

3. Caso o militar não deseje assiná-lo, duas testemunhas devem fazê-lo, assegurando que o militar foi cientificado da sua indicação “ex-officio” para movimentação.

MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA AERONÁUTICA - NOME DA OM
(Proc nº xx-xx/xxxxx/yyyy - Ref req. por interesse particular do Posto/ nome).-.-.-.-.-

Nº /XXX/ Local, de de 20XX.

1. Encaminho a V.Exa. o presente requerimento informando:
 - a) Sobre o requerente:
 - Número de ordem;
 - Data de nascimento;
 - Data de praça;
 - Data última promoção;
 - Data de apresentação na OM e na localidade;
 - Situação perante a Justiça Comum Criminal e Justiça Militar;
 - Informar se possui ou não possui cônjuge militar ou funcionário civil do COMAER (se possuir: Posto ou Graduação, nome, OM onde serve e bol. int. que publicou o registro do ato).
 - b) Sobre o amparo.
 - c) Parecer do Comandante, Chefe ou Diretor.

Nome, Posto e Quadro do Comandante, Chefe ou Diretor
Cargo

Anexo F – Órgãos Centrais dos Sistemas em vigor no COMAER

1 - EMAER	Catálogo da Aeronáutica Inspeção do Comando da Aeronáutica Mobilização Aeroespacial Planejamento e Gestão
2 - COMGAR	Guerra Eletrônica do Comando da Aeronáutica Segurança e Defesa do Comando da Aeronáutica
3 - COMGEP	Assistência Religiosa da Aeronáutica - SARA Pessoal do Comando da Aeronáutica - SISPAER
4 - DECEA	Busca e Salvamento Aeronáutico Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo Controle do Espaço Aéreo Brasileiro Tecnologia da Informação Telecomunicações do Comando da Aeronáutica Proteção ao Voo do Comando da Aeronáutica
5 – CTA	Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial Metrologia Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica
6 - DEPENDS	Ensino do Comando da Aeronáutica - SISTENS
7 - SEFA	Controle Interno do Comando da Aeronáutica
8 - COMDABRA	Defesa Aeroespacial Brasileiro
9 - DIRMAB	Material Aeronáutico Material Bélico do Comando da Aeronáutica
10 - DIRENG	Patrimônio do Comando da Aeronáutica Transporte de Superfície do Comando da Aeronáutica Contra-Incêndio do Comando da Aeronáutica Engenharia do Comando da Aeronáutica
11 - DIRSA	Saúde do Comando da Aeronáutica
12 - DIRINT	Assistência Social do Comando da Aeronáutica Fardamento Reembolsável do Comando da Aeronáutica Pagamento de Pessoal da Aeronáutica Subsistência do Comando da Aeronáutica Provisões da Aeronáutica
13 - DIRAP	Identificação de Pessoal do Comando da Aeronáutica Recrutamento e Mobilização de Pessoal do Comando da Aeronáutica
14 - CECOMSAER	Comunicação Social do Comando da Aeronáutica
15 - CIAER	Inteligência da Aeronáutica
16 - CDA	Educação Física e Desporto da Aeronáutica

Continuação do Anexo F – Órgãos Centrais dos Sistemas em vigor no COMAER

17 - CENIPA	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
18 - CECAN	Correio Aéreo Nacional
19 – CENDOC	Cerimonial do Comando da Aeronáutica Documentação do Comando da Aeronáutica Histórico do Comando da Aeronáutica
20 - IPA	Psicologia da Aeronáutica